

Elog S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2010
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Elog S.A.
Cubatão - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elog S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRSs) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2009

Os balanços patrimoniais individual e consolidado de transição em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes. Por isso, não emitimos opinião sobre eles.

São Paulo, 22 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ELOG S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)
CIRCULANTE															
Caixa e equivalentes de caixa	6	257.655	153	16	275.035	970	19	Fornecedores	1.382	200	10	13.172	7.714	53	
Clientes	7	-	-	-	27.322	1.656	-	Contas a pagar - aquisição de empresas	18	110.031	-	-	110.031	-	
Impostos a recuperar	8	903	11	-	1.397	29	-	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	18.675	36.153	
Despesas antecipadas	9	195	-	-	3.447	74	-	Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	-	400	329	
Outros créditos		21	50	22	6.260	129	32	Debêntures	21	444	-	-	444	-	
Total do ativo circulante		258.774	214	38	313.461	2.858	51	Impostos, taxas e contribuições	17	129	17	-	6.261	306	
								Obrigações sociais		425	282	368	11.128	913	
NÃO CIRCULANTE								Provisão para imposto de renda e contribuição social	16	-	-	-	307	-	
Empresas relacionadas	22	-	-	21	-	-	21	Empresas relacionadas	22	20.530	-	-	305	1.031	
Depósitos judiciais	10	-	-	-	1.515	-	-	Outras contas a pagar		343	11	3	8.247	190	
Ativo indenizatório	11	3.587	-	-	3.587	-	-	Total do passivo circulante		133.284	510	381	168.970	46.636	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	-	6.562	-	-								
Outros créditos		-	-	-	5.178	-	-	NÃO CIRCULANTE							
Investimentos:								Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	103.619	52.653	
Em controladas	12	135.466	61.243	7.872	-	-	2.634	Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	-	299	521	
Ágio fundamentado em intangíveis	12	156.494	-	-	-	-	-	Debêntures	21	168.216	-	-	168.216	-	
Ágio fundamentado em lucratividade futura	12	77.043	-	-	-	-	-	Empresas relacionadas	22	-	-	4	-	4	
Propriedades para investimento	13	-	-	-	54.499	42.728	5.310	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	23	14.169	-	-	22.915	62	
Imobilizado	14	2.108	18	23	158.949	109.542	24	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	3.059	-	
Intangível	15	9	-	-	244.655	5.709	-	Outras contas a pagar		184	-	-	3.700	-	
Total do ativo não circulante		374.707	61.261	7.916	474.945	157.979	7.989	Total do passivo não circulante		182.569	-	4	301.808	53.236	
								PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
								Capital social	24.a	284.854	63.554	8.935	284.854	63.554	8.935
								Reserva legal	24.b	40.000	-	-	40.000	-	
								Prejuízos acumulados		(7.226)	(2.589)	(1.366)	(7.226)	(2.589)	
								Total do patrimônio líquido		317.628	60.965	7.569	317.628	60.965	
TOTAL DO ATIVO		633.481	61.475	7.954	788.406	160.837	8.040	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		633.481	61.475	7.954	788.406	160.837	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo básico por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	<u>explicativa</u>	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	28.156	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	26	-	-	(21.553)	-
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.603</u>	<u>-</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	26	(1.001)	(264)	(2.358)	(264)
Despesas gerais e administrativas	26	(7.443)	(1.016)	(9.856)	(939)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(374)	-	-	-
Outras receitas		-	-	7.277	(83)
		<u>(8.818)</u>	<u>(1.280)</u>	<u>(4.937)</u>	<u>(1.286)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(8.818)</u>	<u>(1.280)</u>	<u>1.666</u>	<u>(1.286)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	27	5.275	58	6.754	71
Despesas financeiras	27	<u>(1.094)</u>	<u>(1)</u>	<u>(11.969)</u>	<u>(8)</u>
		<u>4.181</u>	<u>57</u>	<u>(5.215)</u>	<u>63</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(4.637)</u>	<u>(1.223)</u>	<u>(3.549)</u>	<u>(1.223)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	16.b	-	-	(1.088)	-
Diferidos	16.b	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.088)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(4.637)</u>	<u>(1.223)</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(1.223)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO		<u>(0,05)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>(0,05)</u>	<u>(0,02)</u>

Resultados abrangentes

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativ	Capital social	Reserva de capital Ágio de subscrição	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (Não auditados)		8.935	-	(1.366)	7.569
Aumento de capital por contribuição de investimento	1	53.120	-	-	53.120
Aumento de capital em dinheiro	1	1.499	-	-	1.499
Prejuízo do exercício		-	-	(1.223)	(1.223)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>63.554</u>	<u>-</u>	<u>(2.589)</u>	<u>60.965</u>
Aumento de capital em dinheiro	24	221.300	40.000	-	261.300
Prejuízo do exercício		-	-	(4.637)	(4.637)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>284.854</u>	<u>40.000</u>	<u>(7.226)</u>	<u>317.628</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.637)	(1.223)	(3.549)	(1.223)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	10	5	7.020	5
Baixa de ativo imobilizado	-	-	2.410	-
Encargos financeiros, variação cambial sobre debêntures e empréstimos	766	-	10.853	-
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	-	(8.645)	-
Resultado de equivalência patrimonial	374	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(1.261)	-
Empresas relacionadas	20.530	-	-	-
Impostos a recuperar	(892)	11	(892)	(29)
Despesas antecipadas	(195)	-	(361)	(74)
Depósitos judiciais	-	-	(86)	-
Outros créditos	29	(39)	20.576	(188)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.182	190	(3.800)	10.019
Impostos, taxas e contribuições	112	17	66	165
Obrigações sociais	143	(86)	296	(85)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(12)	-
Empresas relacionadas	-	-	(726)	280
Outras contas a pagar	516	8	184	(12)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(501)	-
Juros pagos	-	-	(10.770)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>9.268</u>	<u>(1.117)</u>	<u>10.802</u>	<u>8.858</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimento em controladas	(33.468)	(245)	-	-
Aquisição - Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminais de Cargas	(145.383)	-	(140.307)	-
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(12.866)	(37.418)
Aquisição de imobilizado	(2.099)	-	(24.862)	-
Aquisição de intangível	(10)	-	(422)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(180.960)</u>	<u>(245)</u>	<u>(178.457)</u>	<u>(37.418)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	261.300	1.499	261.300	1.499
Captação de financiamentos - terceiros	-	-	70.810	-
Captação de debêntures, líquida do custo de captação	167.894	-	167.894	-
Pagamento de financiamentos - terceiros	-	-	(58.284)	27.202
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>429.194</u>	<u>1.499</u>	<u>441.720</u>	<u>28.701</u>
Caixa de empresas incorporadas	-	-	-	810
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>257.502</u>	<u>137</u>	<u>274.065</u>	<u>951</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	153	16	970	19
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	257.655	153	275.035	970
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>257.502</u>	<u>137</u>	<u>274.065</u>	<u>951</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Elog S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Elog Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e, em 25 de maio de 2009, ocorreu a transformação de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto a exploração de atividades de armazém, guarda e transporte de mercadorias e a participação como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades ou empresas.

Evento societário relevante

Em 31 de dezembro de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 53.120.332 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, totalmente integralizadas pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante a conferência de seu investimento na Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio Logística”), considerando o saldo contábil de 31 de dezembro de 2009, como segue:

Ativo:

Circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	810
Clientes	1.656
Outros ativos	154
Não circulante-	
Imobilizado e intangível	<u>115.233</u>
Total do ativo	<u>117.853</u>

Passivo:

Circulante:	
Fornecedores	272
Empréstimos e financiamentos	9.280
Impostos, taxas e contribuições a recolher	103
Obrigações sociais	630
Empresas relacionadas	1.014
Outras contas a pagar	198
Não circulante:	
Empréstimos e financiamentos	53.174
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<u>62</u>
Total do passivo	<u>64.733</u>
Patrimônio líquido	<u><u>53.120</u></u>

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas de IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- (b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

i) Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

ii) Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

2.6. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.7. Ativos intangíveis

Os ágios que não possuem vida útil definida não são amortizados, mas testados para “impairment”, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.8.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição. A amortização de softwares adquiridos de terceiros é registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.8. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia, desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.9. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.10. Investimentos e base de consolidação

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado na proporção dos ativos, passivos e resultados proporcionais à participação da Companhia.

2.11. Combinações de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida e deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

2.12. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

2.13. Instrumentos financeiros passivos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros, câmbio e “swaps” de indexador. A nota explicativa nº 30 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de “hedge”.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.15. Tributação

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social e sobre a reserva de reavaliação de edificações e instalações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram limitados a 30% do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado desembolso provável de caixa, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme a base histórica de perda.

2.17. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.18. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

As receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de caminhões.

2.19. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

2.20. Normas e interpretações novas e revisadas

Normas, alterações e interpretações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2010 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRS - 2009	Alteração de diversos Pronunciamentos contábeis.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IFRS 1	Isonções adicionais para adotantes iniciais.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
Alterações à IFRS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
Alterações à IFRS 2	Pagamentos com base em ações com liquidação em caixa - transações dentro do mesmo Grupo IFRIC 19	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010.
IFRIC 19	IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.

Em agosto de 2010, foi editada pela CVM a Deliberação nº 636/10, que aprova o CPC 41 - Resultado por Ação, elaborado a partir da IAS 33 - “Earnings per Share”. O CPC 41 dispõe sobre a divulgação do resultado por ação, sem impactos sobre o reconhecimento, a mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras individuais. A Companhia adotou o CPC 41 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRS - 2010	Alteração de diversos Pronunciamentos contábeis.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 24	Divulgação de partes relacionadas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgação - transferência de ativos financeiros.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes, quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo, de acordo com a IAS 40.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013). A publicação é parte do projeto de melhorias do IASB sobre a mensuração, a classificação e o reconhecimento de instrumentos financeiros emitido em novembro de 2009 e substitui a parte da IAS 39 relacionada à mensuração e classificação de ativos financeiros. Esse pronunciamento determina a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: ativos reconhecidos ao valor justo e ativos reconhecidos ao valor de custo amortizado com a determinação da classificação, sendo realizada no momento do reconhecimento do ativo e de acordo com o modelo de negócios da Companhia e as características do instrumento financeiro contratado. Em virtude das características dos instrumentos financeiros atualmente contratados pela Companhia, não são esperados efeitos significativos no momento da adoção desse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRSs e as normas CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas ao contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeito nas demonstrações financeiras consolidadas (IFRSs e BR GAAP)

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

Não foram mensurados ajustes no balanço de abertura.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balancos patrimoniais - Consolidado

Contas	Em 01/01/2009 (data de transição) (não auditado)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP	Efeitos da	Reapresentado	BR GAAP	Efeitos da	Reapresentado
	Anterior	transição		Anterior	transição	
ATIVO						
Ativo circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa	19	-	19	970	-	970
Clientes	-	-	-	1.656	-	1.656
Impostos a recuperar	-	-	-	29	-	29
Despesas antecipadas	-	-	-	74	-	74
Outros créditos	32	-	32	129	-	129
Total do ativo circulante	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>51</u>	<u>2.858</u>	<u>-</u>	<u>2.858</u>
Ativo não circulante:						
Empresas relacionadas	21	-	21	-	-	-
Investimentos em controladas	2.634	-	2.634	-	-	-
Propriedades para investimento	-	5.310	5.310	-	42.728	42.728
Imobilizado	5.334	(5.310)	24	152.270	(42.728)	109.542
Intangível	-	-	-	5.709	-	5.709
Total do ativo não circulante	<u>7.989</u>	<u>-</u>	<u>7.989</u>	<u>157.979</u>	<u>-</u>	<u>157.979</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>8.040</u>	<u>-</u>	<u>8.040</u>	<u>160.837</u>	<u>-</u>	<u>160.837</u>
PASSIVO						
Passivo circulante:						
Fornecedores	53	-	53	7.714	-	7.714
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	36.482	(329)	36.153
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	329	329
Impostos, taxas e contribuições	38	-	38	306	-	306
Obrigações sociais	368	-	368	913	-	913
Empresas relacionadas	-	-	-	1.031	-	1.031
Outras contas a pagar	3	-	3	190	-	190
Total do passivo circulante	<u>462</u>	<u>-</u>	<u>462</u>	<u>46.636</u>	<u>-</u>	<u>46.636</u>
Passivo não circulante:						
Empréstimos e financiamentos	5	-	5	53.174	(521)	52.653
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	521	521
Empresas relacionadas	4	-	4	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	62	-	62
Total do passivo não circulante	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>53.236</u>	<u>-</u>	<u>53.236</u>
Capital social	8.935	-	8.935	63.554	-	63.554
Prejuízos acumulados	(1.366)	-	(1.366)	(2.589)	-	(2.589)
Total do patrimônio líquido	<u>7.569</u>	<u>-</u>	<u>7.569</u>	<u>60.965</u>	<u>-</u>	<u>60.965</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>8.040</u>	<u>-</u>	<u>8.040</u>	<u>160.837</u>	<u>-</u>	<u>160.837</u>

Patrimônio líquido - Consolidado

	Em 01/01/2009 (data de transição) (Não auditado)	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	7.569	60.965
Não foram aplicados ajustes	-	-
Total dos ajustes no patrimônio líquido	-	-
Total do patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis	<u>7.569</u>	<u>60.965</u>

Demonstração do resultado - Consolidado

Contas	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP Anterior	Efeitos de transição	Reapresentado
Despesas com pessoal, gerais e administrativas	(1.197)	(83)	(1.280)
Outras receitas líquidas	<u>(83)</u>	<u>83</u>	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.280)	-	(1.286)
Resultado financeiro	<u>57</u>	=	<u>57</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.223)</u>	=	<u>(1.223)</u>

Fluxo de caixa - Consolidado

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP Anterior	Efeito de transição	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.858	-	8.858
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(37.418)	-	(37.418)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	28.701	-	28.701

4.2. Efeito nas demonstrações financeiras individuais (controladora)

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores

de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme a nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balancos patrimoniais - Controladora

Contas	Em 01/01/2009 (data de transição) (Não auditado)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR	Efeito da	BR	BR	Efeito da	BR
	GAAP Anterior	adoção dos novos CPC	GAAP Reapresentado	GAAP Anterior	adoção dos novos CPC	GAAP Reapresentado
ATIVO						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	16	-	16	153	-	153
Impostos a recuperar	-	-	-	11	-	11
Outros créditos	<u>22</u>	-	<u>22</u>	<u>50</u>	-	<u>50</u>
Total do ativo circulante	<u>38</u>	-	<u>38</u>	<u>214</u>	-	<u>214</u>
Ativo não circulante						
Empresas relacionadas	21	-	21	-	-	-
Investimentos em controladas	7.872	-	7.872	61.243	-	61.243
Imobilizado	<u>23</u>	-	<u>23</u>	<u>18</u>	-	<u>18</u>
Total do ativo não circulante	<u>7.916</u>	-	<u>7.916</u>	<u>61.261</u>	-	<u>61.261</u>
Total do ativo	<u>7.954</u>	-	<u>7.954</u>	<u>61.475</u>	-	<u>61.475</u>
PASSIVO						
Passivo circulante						
Fornecedores	10	-	10	200	-	200
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	17	-	17
Obrigações sociais	368	-	368	282	-	282
Outras contas a pagar	<u>3</u>	-	<u>3</u>	<u>11</u>	-	<u>11</u>
Total do passivo circulante	<u>381</u>	-	<u>381</u>	<u>510</u>	-	<u>510</u>
Passivo não circulante						
Empresas relacionadas	<u>4</u>	-	<u>4</u>	-	-	-
Total do passivo não circulante	<u>4</u>	-	<u>4</u>	-	-	-
Capital social	8.935	-	8.935	63.554	-	63.554
Prejuízos acumulados	<u>(1.366)</u>	-	<u>(1.366)</u>	<u>(2.589)</u>	-	<u>(2.589)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>7.569</u>	-	<u>7.569</u>	<u>60.965</u>	-	<u>60.965</u>
Total do passivo	<u>7.954</u>	-	<u>7.954</u>	<u>61.475</u>	-	<u>61.475</u>

Patrimônio líquido - Controladora

	Em 01/01/2009 (data de transição) (Não auditado)	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	7.569	60.965
Não foram aplicados ajustes	-	-
Total dos ajustes no patrimônio líquido	-	-
Total do patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis	<u>7.569</u>	<u>60.965</u>

Demonstração do resultado - Controladora

Contas	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP Reapresentado
Despesas com pessoal, gerais e administrativas	(1.197)	(83)	(1.280)
Outras receitas, líquidas	(83)	83	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.280)	-	(1.280)
Resultado financeiro	57	-	57
Prejuízo do exercício	<u>(1.223)</u>	<u>-</u>	<u>(1.223)</u>

Fluxo de caixa

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.117)	-	(1.117)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(245)	-	(245)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.499	-	1.499

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas na nota explicativa nº 2, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas mencionadas a seguir. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas controladas. Os patrimônios líquidos e resultados da controladora e do consolidado não diferem em virtude da inexistência de resultados não realizados.

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Participação direta:			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100%	100%	-
Ecopátio Bracor Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	50%	50%	50%
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	-
Armazéns Gerais Columbia	100%	-	-
Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda.	100%	-	-
Participação indireta:			
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	-	-
Paquetá Participações Ltda.	100%	-	-
Bodner S.A.	100%	-	-

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- O investimento na Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio Logística”) foi recebido por aumento de capital em 31 de dezembro de 2009.

A Ecopátio Logística foi constituída em 5 de abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil metros quadrados que permitirá a criação de cerca de 3.500 vagas estáticas e 10.000 rotativas para caminhões e cargas. Essa área, pertencente ao município de Cubatão, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopátio Logística atuará, também, como um terminal alfandegado a partir de 2010, quando passará a operar como terminal de exportação sob licença da REDEX - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A partir de 2011, está previsto o início das atividades operacionais de um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA Elog. Em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovada a proposta de investimento realizado na Companhia pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Companhia, mais uma ação, representando um investimento total de R\$92.000. Dessa forma, a EcoRodovias passou a deter 80% das ações da Companhia. O acordo de acionistas foi assinado em 31 de março de 2010.

- Em 22 de abril de 2008, foi firmado acordo de associação com a Bracor Investimentos Imobiliários S.A., tendo como objeto a realização de investimentos em torno de R\$100.000, a serem aplicados no decorrer dos próximos 30 meses, para o desenvolvimento de um condomínio logístico (conceito “Business Park”), através da construção, locação e manutenção de armazéns especializados em logística. O empreendimento está localizado em um terreno com área total de 420 mil metros quadrados, localizado no entroncamento da Rodovia dos Imigrantes com o futuro trecho sul do Rodoanel, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010. Essas operações serão realizadas pela empresa Ecopátio Bracor Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Ecopátio Bracor”). A Companhia possui 50% das ações ordinárias da Ecopátio Bracor, enquanto os outros 50% são pertencentes à BRC XXII Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa do Grupo Bracor Investimentos Imobiliários.
- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Armazéns Gerais Columbia S.A. (“Columbia”), adquirida em 28 de dezembro de 2010, tem por atividade a prestação de serviços de armazéns gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda. tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

Controladas indiretas

- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, a administração por conta própria de bens imóveis e a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.
- A Paquetá Participações tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitado a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza, e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a companhia celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A. e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

O valor da aquisição totalizou R\$274.666. Desse total, R\$145.383 foram pagos em 28 de dezembro de 2010, quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e R\$110.031 em 3 de janeiro de 2011. O valor de R\$19.252 ficou em garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Columbia e EADI Sul são atualmente realizadas em 11 localidades em uma área total de aproximadamente 1,1 milhão de m², nos quais estão incluídos 210,6 mil m² de armazéns, com movimentação de cargas em Centros de Distribuição e Recintos Alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação como no de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.
- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de “kits”, serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.
- Transporte rodoviário de contêineres e carga geral, em regime comum e aduaneiro.

O valor base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, tendo sido, para fins de apuração do acervo líquido adquirido, considerados os balanços patrimoniais de 28 de dezembro de 2010.

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

<u>Ativos (passivos) líquidos adquiridos</u>	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	-	5.076
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509
Estoques	9	-	9
Outros créditos	14.626	-	14.626
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429
Impostos diferidos	6.718	-	6.718
Ativo indenizatório	-	3.587	3.587
Imobilizado	32.582	-	32.582
Intangível	5.284	156.495	161.779
Ágio	-	77.043	77.043
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)
Outras contas a pagar	<u>(29.935)</u>	<u>-</u>	<u>(29.935)</u>
Preço de compra considerado	<u>32.458</u>	<u>242.208</u>	<u>274.666</u>

A Companhia está mensurando os valores justos de imobilizado, intangível e ágio de forma provisória. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos respectivos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios serão ajustados retrospectivamente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Caixa e bancos-						
Em moeda nacional	-	75	16	1.755	386	19
Aplicações financeiras:						
Fundo exclusivo (a)	137.598	-	-	137.598	-	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (b)	<u>120.057</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>135.682</u>	<u>584</u>	<u>-</u>
	<u>257.655</u>	<u>153</u>	<u>16</u>	<u>275.035</u>	<u>970</u>	<u>19</u>

- (a) Fundo constituído na forma de Fundo Exclusivo, que se enquadra na categoria “Renda Fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, tendo sua política de investimento como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços ou ambos, com o objetivo de buscar a valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 52,70% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- 38,65% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 8,65% de Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas, ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do fundo exclusivo está composta conforme descrito a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Operação compromissada	72.514	-	-
CDB	53.182	-	-
LFT	<u>11.902</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>137.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 99,0% e 101,35% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

7. CLIENTES

A composição está assim representada:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Nacional (a)	27.178	1.656	-
Internacional (b)	<u>1.342</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	28.520	1.656	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.198)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>27.322</u>	<u>1.656</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a clientes provenientes das operações do Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Armazéns Gerais Columbia S.A.

(b) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente adquiridos da Columbia.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
A vencer	<u>27.054</u>	<u>1.407</u>	<u>-</u>
Vencidos:			
Até 30 dias	279	214	-
De 31 a 90 dias	113	23	-
De 91 a 180 dias	<u>1.074</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
	<u>1.466</u>	<u>249</u>	<u>-</u>
	<u>28.520</u>	<u>1.656</u>	<u>-</u>

A movimentação para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	<u>31/12/2010</u>
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas durante 2010 (*)	<u>(1.198)</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	903	11	-	1.383	29	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>903</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>1.397</u>	<u>29</u>	<u>-</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O saldo será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, ou ser utilizado para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R\$3.447 (R\$74 em 31 de dezembro de 2009) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Veja detalhes adicionais na nota explicativa nº 31.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) <u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	-
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	1.429
Adições	84
Atualização monetária	<u>2</u>
Saldo no fim do exercício	<u>1.515</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas.

11. ATIVO INDENIZATÓRIO - CONSOLIDADO

Em 7 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências é de R\$22.840, para o qual há cláusula contratual de reembolso de R\$19.253, totalizando o valor líquido de R\$3.587.

[página intencionalmente deixada em branco]

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas 31/12/2010		Percentual de participação direta			Investimentos			Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (Não auditado)	31/12/2010	31/12/2009
	Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	50.205	(9.726)	100%	100%	-	50.205	53.120	-	(9.726)
Ecopátio Bracor Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	35.371	4.144	50%	50%	50%	17.685	8.122	7.872	2.072	-
Ganho pelo aumento de capital na Bracor Imigrantes	-	-	-	-	-	-	-	-	7.277	-
ELG-01 Participações Ltda.	14.638	3	100%	100%	-	14.638	1	-	3	-
Armazéns Gerais Columbia S.A.	40.902	-	100%	-	-	40.902	-	-	-	-
Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda.	12.035	-	100%	-	-	<u>12.035</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
						135.465	<u>61.243</u>	<u>7.872</u>	<u>(374)</u>	<u>-</u>
Ágio Armazéns Gerais Columbia (Nota 5)	-	-	-	-	-	156.495				
Ágio Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda. (Nota 5)	-	-	-	-	-	<u>77.043</u>				
						<u>369.003</u>				

[página intencionalmente deixada em branco]

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Ágio</u>	<u>31/12/2010</u>
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	53.120	6.811	-	(9.726)	-	50.205
Ecopátio Bracor Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	8.122	214	-	2.072	-	10.408
Ganho pelo aumento de capital na Bracor Imigrantes	-	-	-	7.277	-	7.277
ELG01 Participações Ltda.	1	14.634	-	3	-	14.638
Armazéns Gerais Columbia	-	-	40.902	-	-	40.902
Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda.	-	-	12.035	-	-	12.035
Armazéns Gerais Columbia - ágio	-	-	-	-	156.495	156.494
Eadi Sul Terminal de Cargas Ltda. - ágio	-	-	-	-	77.043	77.044
	<u>61.243</u>	<u>21.659</u>	<u>52.937</u>	<u>(374)</u>	<u>233.538</u>	<u>369.003</u>

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Transferência de controle acionário (*)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2009</u>
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	53.120	-	53.120
Ecopátio Bracor Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	7.872	250	-	-	8.122
ELG01 Participações Ltda.	-	1	-	-	1
	<u>7.872</u>	<u>251</u>	<u>53.120</u>	<u>-</u>	<u>61.243</u>

(*) Transferência do controle acionário a partir de 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 1).

Consolidado

O saldo consolidado de R\$2.634 em 1º de janeiro de 2009 refere-se à diferença entre as contribuições de capital efetuadas pela Companhia e pela acionista Bracor Investimentos Imobiliários S.A. durante o exercício de 2008. Em 2009, as contribuições de capital foram equalizadas.

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Ao custo

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>		
	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	3.851	1.459	5.310
Adições	<u>34.554</u>	<u>2.864</u>	<u>37.418</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>38.405</u>	<u>4.323</u>	<u>42.728</u>
Adições	12.866	-	12.866
Transferências	4.323	(4.323)	-
Depreciação	<u>(1.095)</u>	<u>-</u>	<u>(1.095)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>54.499</u>	<u>-</u>	<u>54.499</u>

Valor justo considerando o tipo das propriedades

31/12/2010

Edificações

174.340

O valor justo das propriedades de investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR 14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada ainda a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos (versão 2005), publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades de investimento com base nas premissas descritas anteriormente.

14. IMOBILIZADO

(a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	23	-	-	23
Depreciação	(5)	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
Adições	13	1.512	574	2.099
Depreciação	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(9)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>25</u>	<u>1.512</u>	<u>571</u>	<u>2.108</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20,0	-	-	-

(b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	24	-	-	-	-	-	-	24
Ativos recebidos em aumento de capital (*)	1.424	3.426	156	98.921	2.300	-	3.296	109.523
Depreciação	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>1.443</u>	<u>3.426</u>	<u>156</u>	<u>98.921</u>	<u>2.300</u>	<u>-</u>	<u>3.296</u>	<u>109.542</u>
Ativos recebidos em aquisição de novas empresas	2.658	3.483	1.292	161	2.026	3.980	18.982	32.582
Adições	813	2.812	39	13.633	5.869	-	1.696	24.862
Baixas	-	(407)	-	-	(2.003)	-	-	(2.410)
Transferências	1.014	472	-	6	(1.061)	-	(431)	-
Depreciação	(607)	(658)	(26)	(4.076)	-	-	(260)	(5.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>5.321</u>	<u>9.128</u>	<u>1.461</u>	<u>108.645</u>	<u>7.131</u>	<u>3.980</u>	<u>23.283</u>	<u>158.949</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	9,8	-

(*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital da controlada Ecopátio Logística em 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas, ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, com base em laudo de empresa especializada.

15. INTANGÍVEL

Controladora (BR GAAP)

	Software de terceiros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	-
Adições	10	10
Amortização	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>9</u>	<u>9</u>
Taxas anuais de amortização	5,0	-

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Ágio</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	-	-	-	-
Ativos recebidos em aumento de capital (a)	<u>4.711</u>	<u>998</u>	<u>-</u>	<u>5.709</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.711	998	-	5.709
Ativos recebidos em aquisição de novas empresas (b)	-	5.116	168	5.284
Adições (Nota 11 para o valor do ágio)	233.538	422	-	233.960
Amortização	-	(298)	-	(298)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>238.249</u>	<u>6.238</u>	<u>168</u>	<u>244.655</u>
Taxas anuais de amortização (%)	-	5,0	-	-

(a) Saldos recebidos como parte do aumento de capital da controlada Ecopátio Logística em 31 de dezembro de 2009.

(b) Saldos recebidos na aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas em 28 de dezembro de 2010.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de ativos e passivos para fins contábeis e fiscais considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>
Classificados no ativo circulante e não circulante	6.562
Classificados no passivo não circulante	<u>(3.059)</u>
	<u>3.503</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.549)	(1.223)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	1.206	416
Diferença de imposto de renda e contribuição social de empresa controlada tributada com base no lucro presumido - Bracor Imigrantes	(2.294)	-
Outros	<u>-</u>	<u>(416)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(1.088)</u>	<u>-</u>

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Impostos sobre faturamento:						
ISS	-	1	-	897	103	1
Cofins	-	-	-	776	14	-
PIS	-	-	-	168	3	-
Outros impostos	<u>129</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>4.420</u>	<u>186</u>	<u>37</u>
	<u>129</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>6.261</u>	<u>306</u>	<u>38</u>

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Refere-se ao contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas, com vencimento em 3 de janeiro de 2011.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$110.031 e refere-se ao contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A., proveniente da aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas. A dívida possui vencimento em 3 de janeiro de 2011.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
			31/12/2010	31/12/2009
Em moeda nacional:				
Cédula de Crédito Imobiliário	Fevereiro/2020	IPCA + 7,2% a.a.	43.131	-
BNDES	Abril/2017	TJLP + 2,4% a.a.	52.123	58.655
Capital de giro	Mai/2010	CDI + 3,04% a.a.	-	27.202
Capital de giro	Dezembro/2013	TJLP + 3,9% a.a.	1.969	292
Finame			2.536	-
Outros			<u>2.076</u>	<u>-</u>
			<u>101.835</u>	<u>86.149</u>
Em moeda estrangeira:				
Equipamentos	Janeiro/2014	9% a.a. + VC	2.867	1.205
Equipamentos	Setembro/2013	9% a.a. + VC	975	1.452
Adiantamento de contrato de câmbio		6% a 7,5% a.a. + VC	1.670	-
“Hedge” e “swap”		VC+ 6% a.a.	52	-
Capital de giro	Dezembro/2015	Libor + 4,2% a.a.	<u>14.895</u>	<u>-</u>
			<u>20.459</u>	<u>2.657</u>
			<u>122.294</u>	<u>88.806</u>
Circulante			<u>18.675</u>	<u>36.153</u>
Não circulante			<u>103.619</u>	<u>52.653</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a controladora não possuía empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2010</u>
2012	16.161
2013	16.647
2014	16.118
2015	16.163
2016	12.757
Posteriores a 2016	<u>25.773</u>
	<u>103.619</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de março de 2010, a Ecopátio Bracor emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, com valor nominal de R\$1.000, perfazendo na data de emissão R\$90.000 (R\$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio Bracor emitiu duas Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI fracionárias, sob a forma escritural CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

- Em março de 2007, a controlada Ecopátio firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela EcoRodovias. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avalista a EcoRodovias. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2010.
- A captação para capital de giro pela controlada Ecopátio Logística não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- Para a compra de equipamentos operacionais, não é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO (BR GAAP E IFRS)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	308	238
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>299</u>	<u>521</u>
	607	759
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>92</u>	<u>91</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>699</u>	<u>850</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$224 e R\$987 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldos na rubrica “Arrendamento mercantil financeiro”.

21. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP) <u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	170.000
Remuneração (juros)	748
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.088)</u>
	<u>168.660</u>
Circulante	<u>444</u>
Não circulante	<u>168.216</u>

A Companhia concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$170.000 em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, sendo a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e com vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	170 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2010	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	CDI + 2,20% a.a. (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	Parcelas semestrais (20/06/2011 a 20/12/2017)
Vencimento da amortização	Parcelas semestrais (20/12/2012 a 20/12/2017)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Local de pagamento	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú BBA
Agente fiduciário	SLW Corretora Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo da transação</u>	<u>Total</u>
2012	15.455	(162)	15.291
2013	30.909	(324)	30.585
2014	30.909	(324)	30.585
2015	30.909	(324)	30.585
2016	30.909	(324)	30.585
2017	<u>30.909</u>	<u>(324)</u>	<u>30.585</u>
	<u>170.000</u>	<u>(1.782)</u>	<u>168.216</u>

O contrato da controlada Elog S.A. requer a manutenção dos índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deve ser inferior a 2,5 pontos, o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior a 1,2 pontos. Os índices financeiros estão cumpridos em 31 de dezembro de 2010.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Elog S.A.	Série única	20/12/2010	<u>170.000</u>	<u>(2.106)</u>	<u>167.894</u>	CDI + 2,2%	14,60%
			<u>170.000</u>	<u>(2.106)</u>	<u>167.894</u>		

22. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para a execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

As transações dos exercícios e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

(a) Controladora (BR GAAP)

Balanco patrimonial

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
	<u>Créditos diversos</u>	<u>Contas a pagar</u>
Armazéns Gerais Columbia	-	20.478
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	-	<u>52</u>
	-	<u>20.530</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		
Total em 31 de dezembro de 2009	-	-
Total em 1º de janeiro de 2009 (não auditado)	<u>21</u>	<u>4</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	-	439
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>439</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>535</u>	<u>905</u>

(b) Consolidado (BR GAAP e IFRS)

Balanço patrimonial

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
	<u>Créditos diversos</u>	<u>Imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Contas a pagar</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	-	-	305	-
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>305</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>327</u>	<u>1.031</u>	<u>-</u>
Total em 1º de janeiro de 2009	<u>21</u>	<u>8.172</u>	<u>-</u>	<u>4</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	2.825	269
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>2.825</u>	<u>269</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>535</u>	<u>905</u>

(*) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$660.

23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é o seguinte:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u> (Não auditado)
Cíveis (a)	16.111	35	-
Tributários (b)	421	-	-
Trabalhistas (c)	<u>6.384</u>	<u>27</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>22.915</u>	<u>62</u>	<u>-</u>

Movimentação entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009

<u>Natureza</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2009</u>
Cível (a)	-	35	-	-	35
Tributária (b)	-	-	-	-	-
Trabalhista (c)	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>
	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62</u>

Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	35	16.082	-	(9)	3	16.111
Tributária (b)	-	421	-	-	-	421
Trabalhista (c)	<u>27</u>	<u>6.348</u>	<u>8</u>	<u>(3)</u>	<u>3</u>	<u>6.383</u>
	<u>62</u>	<u>22.851</u>	<u>8</u>	<u>(12)</u>	<u>6</u>	<u>22.915</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das novas empresas Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas não possuíam processos com probabilidade de perda provável de desembolso de caixa.

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas, danos, indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2010 R\$6.443 (R\$31 em 31 de dezembro de 2009), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- Ecopátio Logística - ação civil pública

Refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Ecopátio Logística, Clermont Silveira Castor, Markom - Comércio e Participações Ltda. e Municipalidade de Cubatão, distribuída sob o nº 2007.002117-7 (31 de agosto de 2007) à 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Cubatão - SP.

No mérito da ação discute-se: (i) a declaração de inadimplemento contratual envolvendo as partes da concessão anterior (Markom); (ii) a declaração da necessidade de licitação no que se refere à concessão para a Ecopátio Logística; e (iii) a declaração de nulidade do termo de transferência e aditamento de contrato de concessão dos direitos reais de uso do imóvel do município de Cubatão - SP.

A título de liminar, o Ministério Público requereu: (i) a indisponibilidade de bens dos réus de R\$1.343; (ii) a abstenção da Ecopátio Logística de realizar qualquer obra no local; e (iii) a cessação da observância de qualquer cláusula repactuada indevidamente, sob pena de multa.

Em 29 de maio de 2007, a liminar foi deferida em parte pelo MM. Juiz de primeiro grau para: (i) determinar a imediata cessação das atividades no local; e (ii) estabelecer, a título de multa (única e não diária), o valor de R\$10.000 para o caso de não cumprimento da determinação judicial.

Contra essa decisão foi interposto recurso pela Ecopátio Logística e ajuizado um Pedido de Suspensão de Segurança pela Prefeitura Municipal de Cubatão, perante o Supremo Tribunal Federal - STF, através do qual se obteve decisão favorável para a execução de obras essenciais ao empreendimento, tais como pavimentação, drenagem e obras de segurança, entre outras. A ação hoje está em fase de perícia judicial nas áreas de engenharia e contábil. Com relação ao mérito da ação, a probabilidade de perda com relação à Ecopátio Logística é remota.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2010, existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$557, os quais foram avaliados como perda possível pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue:

- Processo administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem nenhuma relação com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$19.196. Atualmente o processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem a um processo de indenização trabalhista. Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.440 (em 31 de dezembro de 2009 - R\$47), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, razão pela qual não foi constituída provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado de R\$284.854 está representado por 107.880.212 ações ordinárias sem valor nominal.

Eventos societários

Em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$4.300, correspondente a 4.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$67.854, correspondente a 67.853.984 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$92.000, correspondente a 16.963.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, de modo que o capital social passou a ser de R\$159.854, correspondente a 84.817.481 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$50.000, correspondente a 9.225.092 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$209.854, correspondente a 94.042.573 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de dezembro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$75.000, correspondente a 13.837.639 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$284.854, correspondente a 107.880.212 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após a constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

25. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado (IFRS e <u>BR GAAP</u>) <u>31/12/2010</u>
Receita com logística:	
“Depot” (a)	11.402
Pátio de estacionamento (b)	8.402
Redex (c)	2.397
Locação de imóveis (d)	<u>8.483</u>
Receita bruta	<u>30.684</u>
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS	<u>(2.528)</u>
Receita líquida	<u>28.156</u>

- (a) Refere-se a receita com movimentação de entradas e saídas de contêineres, conserto e manutenção preventiva de contêineres e armazenamento de contêineres.
- (b) Refere-se a serviços de monitoramento, embarque e desembarque nos terminais portuários, triagem e ordenamento dos veículos e cargas em direção ao Porto de Santos.
- (c) Refere-se a Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação, onde são realizados os despachos aduaneiros para exportação de mercadorias, regularizados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Refere-se a receitas de aluguel de imóveis.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pessoal	1.001	264
Conservação e manutenção	-	102
Serviços de terceiros (*)	6.850	832
Seguros	43	-
Depreciação e amortização	10	5
Outros	<u>540</u>	<u>77</u>
	<u>8.444</u>	<u>1.280</u>
Classificados como-		
Despesas com pessoal, gerais e administrativas	<u>8.444</u>	<u>1.197</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pessoal	5.833	264
Conservação e manutenção	1.799	102
Serviços de terceiros (*)	14.836	832
Seguros	306	-
Depreciação e amortização	7.020	5
Outros	<u>3.973</u>	<u>-</u>
	<u>33.767</u>	<u>1.203</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	21.553	-
Despesas com pessoal	2.358	264
Despesas gerais e administrativas	<u>9.856</u>	<u>939</u>
	<u>33.767</u>	<u>1.203</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por vigilância, assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	4.610	58	5.150	71
Variação monetária sobre financiamento	1	-	4	-
Outras	<u>664</u>	<u>-</u>	<u>1.600</u>	<u>-</u>
	<u>5.275</u>	<u>58</u>	<u>6.754</u>	<u>71</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(748)	-	(748)	-
Amortização dos custos sobre debêntures	(18)	-	(18)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.787)	-
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(1.300)	-
Despesas bancárias	(234)	-	(477)	-
Outras	<u>(94)</u>	<u>(1)</u>	<u>(639)</u>	<u>(8)</u>
	<u>(1.094)</u>	<u>(1)</u>	<u>(11.969)</u>	<u>(8)</u>
Resultado financeiro	<u>4.181</u>	<u>57</u>	<u>(5.215)</u>	<u>63</u>

28. PREJUÍZO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo básico por ação das operações	(0,05)	(0,02)	(0,05)	(0,02)

(a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(4.637)	(1.223)	(4.637)	(1.223)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>84.446</u>	<u>63.554</u>	<u>84.446</u>	<u>63.554</u>

(b) Prejuízo básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

29. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$306 (R\$240 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros), risco de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,00% e 101,35% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos para negociação e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	27.322	27.322
Aplicações financeiras	273.280	273.280
Passivos:		
Fornecedores	13.172	13.172
Empréstimos e financiamentos	122.294	124.158
Debêntures	168.660	168.660

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por sua controlada indireta Ecopátio Logística, em que possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada direta Ecopátio Logística possui os seguintes contratos em moedas estrangeiras:

<u>Credor</u>	<u>31/12/2010</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Moeda</u>
Nordea Bank Finland PLC	925	US\$
Nordea Bank Finland PLC	1.006	€
Citibank	14.897	US\$

b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

d) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia constantemente monitora mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada indireta Ecopátio Logística possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos operacionais para utilização em suas operações. A operação de “swap” contratada em 30 de dezembro consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre debêntures	Alta do CDI	111.376	133.810	156.013
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	304	343	356
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	13.716	17.143	20.572

A Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
TJLP (a)	1,97408	2,4676	2,96112
CDI (b)	10,64%	13,30%	15,96%
US\$ (c)	1,6662	1,7604	1,7793

(a) Refere-se à taxa da TJLP em 31 de dezembro de 2010.

(b) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010.

(c) Refere-se à taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, e riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamentos de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia de obrigações privada	Outubro/2010 a outubro/2011	R\$39 milhões
Responsabilidade civil	Novembro/2010 a novembro/2011	R\$25 milhões
Empilhadeiras	Abril/2010 a abril/2011	R\$863 mil
Operação portuária - operações	Novembro/2010 a novembro/2011	US\$155 milhões
Multirisco patrimônio	Novembro/2010 a novembro/2011	R\$68 milhões
Veículos	Abril/2010 a abril/2011	Tabela Fipe
Imóveis	Maior/2010 a maio/2011	R\$38 milhões

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

- c) As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa se referem às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 11 a 15.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.
